

REQUERIMENTO

(Do Sr. Izalci)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, para que o Ministério da Educação inclua, nas diretrizes curriculares de História para a educação básica, conteúdos relativos à História do Poder Legislativo no Brasil.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo ao Ministério da Educação a inclusão, nas diretrizes curriculares de História para a educação básica, conteúdos relativos à História do Poder Legislativo no Brasil.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2011.

Deputado Izalci PR/DF

INDICAÇÃO Nº , DE 2011
(Do Sr. Izalci)

Sugere ao Poder Executivo a inclusão, nas diretrizes curriculares de História para a educação básica de conteúdos relativos à História do Poder Legislativo no Brasil.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Vimos, através deste expediente, expor e solicitar o seguinte:

Não há quem possa duvidar acerca da importância da História como disciplina obrigatória no currículo escolar da educação básica, indispensável à formação da cidadania de nossas crianças, adolescentes e jovens. Não mais restrita a uma mera enumeração de datas-fatos-nomes de personagens, hoje, na escola, o conhecimento histórico se torna elemento fundante para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos e professores, que se colocam como sujeitos de sua própria história e agentes da transformação do social.

Uma análise mais minudente na maioria dos livros didáticos de História do Brasil, destinados à educação básica, mostra-nos uma predominância na abordagem do papel do Executivo em detrimento de outros poderes e instâncias da sociedade na condução do processo histórico nacional.

A História do Brasil, sobretudo a do período republicano,

narrada pelos manuais didáticos e ensinada em nossas escolas, prioriza uma periodização a partir dos mandatos presidenciais, enfatizando os feitos, acontecimentos e realizações dos governantes. Se tomarmos os índices com os conteúdos programáticos desses livros encontraremos, com certeza, os seguintes capítulos: A Era Vargas, O Governo JK, O Governo dos Militares, entre outros. Há uma ausência do papel do Parlamento na história nacional. Se a História é um processo de construção coletiva, no qual interagem diversos atores sociais, o currículo escolar e o ensino de História nas escolas tem que se debruçar, também, sobre o papel do Poder Legislativo no País.

O cientista político Octaciano Nogueira disse, de forma muito apropriada, que: ***“...o Parlamento está presente em todos os momentos da História do Brasil. Seja discutindo e votando os maiores documentos da legislação do país, seja buscando entendimento, conciliação e soluções nos momentos de crise. Seja debatendo as grandes questões nacionais, seja sustentando o governo, criticando-o e fiscalizando, seja destituindo-o, pois tudo isso faz parte de seus deveres”***¹.

Ele enumera diversos fatos históricos em que foi decisiva a ação das duas casas legislativas que compõem o Congresso Nacional: ***“Quem percorre a história da Câmara dos Deputados em nosso país pode constatar que a instituição esteve presente em todos os momentos cruciais da evolução nacional. No dia 7 de abril, com a renúncia de D. Pedro I, na eleição da Regência e na reforma política com o Ato Adicional. Na maioria de D. Pedro II, na proibição do tráfico de escravos, na Lei do Ventre Livre, na dos Sexagenários e na aprovação da Lei Áurea. Viveu o fastígio do Império, ajudou na política externa, sustentou os conflitos no Prata e a guerra da Tríplice Aliança. Ajudou na superação das crises econômicas e comerciais. De lá saíram leis como o primeiro Código Criminal, de 1830, e o de Processo Criminal, dois anos depois. Lá se aprovou o Código Comercial de 1850, a primeira Lei de Terras do país, em 1851 e a Lei Saraiva em 1881, que tornou diretas as***

¹ NOGUEIRA, Octaciano et al. **História da Câmara dos Deputados**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003, p. 115.

eleições para o Parlamento. O Parlamento criou o Supremo Tribunal de Justiça, a primeira lei orgânica dos municípios, e a de criação dos primeiros cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Votou leis para a educação nacional e concedeu anistia a rebeldes, sublevados e inconformados. Enfim, serviu ao país e ao regime que integrava².

Como se vê, a História do Brasil não pode ser omissa em relação ao papel exercido pelo Poder Legislativo na construção de nossa identidade nacional, na difícil trajetória de democratizar esse país que já viveu longos períodos de exceção e autoritarismo.

Por isso, Senhor Ministro temos conhecimento de que essa pasta ministerial, em articulação com o Conselho Nacional de Educação (CNE), está ultimando a elaboração de novas diretrizes curriculares para o ensino médio, de forma a torná-lo mais flexível e adaptado às especificidades regionais e locais, em um país marcado por forte diversidade cultural. Mesmo com o delineamento do novo currículo para o ensino médio, não se pode perder de vista a necessidade de que nossos jovens tenham uma formação humanística, na qual o ensino de História do Brasil tenha um papel preponderante e contemple a recente produção historiográfica brasileira.

É preciso também que o estudo da História do Brasil dê conta da multiplicidade de sujeitos históricos e das diferentes instâncias do Poder Público que, através de suas ações políticas e programas de governo, constróem a nação brasileira com o objetivo de se consolidar a democracia no País.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2011.

Deputado Izalci PR/DF

² NOGUEIRA, Octaciano et al. Op. Cit, p. 115.